

TERRA DE NINGUÉM: ROMANCE OU PALANQUE?

Carlos Antônio Magalhães GUEDELHA¹

INTRODUÇÃO

Neste texto, discorro a respeito do uso da literatura como recurso para a prática do panfletarismo político, tendo por base o romance *Terra de ninguém*, de Francisco Galvão, ambientado na Amazônia e publicado pela primeira vez em 1934, além de depoimentos de escritores comunistas. Reflito sobre a natureza política da obra literária e o conceito de literatura engajada.

1. LITERATURA ENGAJADA X LITERATURA DIRIGIDA

No século XX, mais do que em qualquer outro tempo, as reflexões que procuram dar conta da relação entre a obra literária e a realidade tomaram o tempo dos teóricos e estiveram na ordem do dia (ou na ordem do século?). Mas é claro que essas reflexões não nasceram no século XX. Aliás, remontam aos tempos mais antigos. Aristóteles, por exemplo, já se debruçava sobre o tema, por sentir a necessidade de teorizá-lo. E ainda nos dias atuais, embora a questão pareça de certa forma resolvida, volta e meia vem à tona, sendo capaz de gerar ainda acirradas polêmicas.

Aguiar e Silva (1976) faz referência ao fato de que, no século XX, muito se falou de “literatura comprometida” e de “compromisso literário”, especialmente nos anos subsequentes à segunda guerra mundial, quando a Europa ocidental se encontrava mergulhada nas cinzas e remoendo as angústias que a estupidez humana foi capaz de produzir. A cultura europeia, nesse contexto, foi um campo fértil para o florescimento das correntes neorrealistas e existencialistas. Ele sublinha a relevância do termo *compromisso*, pelas suas implicações e consequências nas filosofias existencialistas. E nesse sentido recorre ao filósofo Heidegger, para quem “o homem não é um receptáculo, isto é, uma passividade recolhendo dados no mundo, mas um *estar-no-mundo*, não no sentido espacial e físico de *estar em*, mas no sentido de presença ativa,

¹ Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM; Doutorando em Linguística pela UFSC. Professor do Departamento de Língua e Literatura Portuguesa da UFAM.

de estar em relação fundadora, constitutiva com o mundo”. (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 118)

Aguiar e Silva analisa ainda as ideias de Sartre, em relação à sua concepção de literatura no ensaio *O que é literatura?*, e aponta ali marcantes influências heideggerianas, considerando que “a aliança destes elementos com determinados princípios do marxismo define a orientação do referido ensaio, o documento mais relevante das teorias acerca do compromisso da literatura”. (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 119)

Todavia, o teórico tem a preocupação de estabelecer um marco diferencial entre literatura comprometida (engajada) e literatura planificada ou dirigida. Segundo ele,

Na *literatura comprometida*, a defesa de determinados valores morais, políticos e sociais nasce de uma decisão livre do escritor; na *literatura planificada*, os valores a defender e a exaltar e os objetivos a atingir são impostos coativamente por um poder alheio ao escritor, quase sempre um poder político, com o conseqüente cerceamento, ou até aniquilação, da liberdade do artista. (AGUIAR E SILVA, 1976, p. 127)

Em geral, o foco das discussões, na atualidade, não está tanto no fato de o artista ser engajado ou não, mas no fato de a obra que ele produz ser ou não engajada ou planificada. Evidentemente, o escritor é um homem (ou mulher) como qualquer ser humano comum, com direitos e obrigações, sujeito às contingências da condição humana. Tem direito à militância política, assim como a outros canais do exercício da cidadania. Ninguém pode negar ao ser humano o direito à alteridade. Mas a literatura não pode ser reduzida a um mural de panfletos com vistas à veiculação de propaganda política, pois isso a empobrece, subtrai-lhe a força expressiva, e a obra que se constrói com esse mister, além de não se fazer convincente, apresenta-se como uma moeda falsa.

A literatura deve estar engajada com a realidade, sem estar atada ao dirigismo ideológico, sob pena de cair na prática da panfletagem inócua. Ao leitor não apraz sentir-se como um menino puxado pelo braço e levado à catequese que não pediu nem deseja. Se o escritor força a barra, o leitor fica ressabiado e depois, confirmadas suas suspeitas, desqualifica a obra.

Mas a prática da panfletagem é sempre uma tentação em tempos difíceis e em dias amargos, como foram os idos da década de 1930. No Brasil, esse sintoma foi marcante. Os anos de crises, assim como a proximidade da Revolução Russa e, ainda

mais, da Revolução de 1930 no Brasil, ampliaram consideravelmente essa tentação, que costumava assaltar os escritores comunistas. Os ânimos acirrados exigiam uma postura combativa por parte do artista. Em muitos casos, a esperança e o sonho com um mundo melhor que aquele empurravam os indivíduos para a miragem, para a utopia, como aconteceu com Jorge Amado em boa parte de suas obras, abrindo largos espaços de concessão à causa socialista. É deprimente constatar isso no final de *Capitães da areia*, por exemplo. É o caso também de Thiago de Mello, cuja poesia de altíssimo nível desceu de tom, em nome da pregação socialista, e se perdeu em um círculo de obviedades que se repetem. O seu poema “Estatutos do homem” é dolorosamente utópico! O chamado realismo socialista condicionava o destino de um sem-número de escritores. Sintomaticamente, esse mesmo “engajamento” que, naqueles pesados anos, era tido como a salvação da literatura desses artistas, hoje é olhado com desconfiança, como o tempero insípido que a pôs a perder.

Quando o escritor não sucumbia a essa colossal tentação, recebia a forte censura do Partido Comunista, que repudiava as letras que não fizessem parte da cartilha previamente estabelecida. Quem diz isso são os próprios escritores comunistas da época. Talvez o caso mais exemplar seja o de Graciliano Ramos, um comunista cuja sobriedade o fez passar ao largo do catecismo do Partido e, por isso, foi obrigado a suportar muita “surra” dos camaradas. Mas ele se julgava incapaz de transformar aquelas criaturas simples e miseráveis do Nordeste em heróis de barricada, gritando palavras de ordem em nome de uma causa revolucionária. Consequência disso é que *Vidas secas* (1989), escapando a esse patrulhamento, tornou-se um monumento do mais autêntico engajamento literário e político, é claro, mas isento de panfletarismo.

Rachel de Queiroz, a respeito desse embate entre o artista e o patrulhamento do Partido, deu um depoimento esclarecedor, em entrevista à Revista *Brazzil*, com o título de “Uma doce anarquista”:²

Eu me filiei ao partido no mesmo ano em que escrevi *O Quinze*. Tive alguns problemas porque não havia mostrado o livro aos membros do partido. Mas o maior problema foi quando escrevi *João Miguel*, meu segundo romance. Foi quando os membros do partido, sabendo que eu ia publicar o livro, me chamaram para uma reunião. Isso foi em 1932, quando eu já me encontrava no Rio. Quando cheguei, havia três camaradas lá. Eu fiquei com medo. Eles criticaram o livro e disseram que eu não poderia publicá-lo. Mesmo amedrontada, eu estava furiosa, e além disso, aquela era a única cópia do livro. Eu me levantei e disse: “Companheiros, eu só tenho este original e farei as correções

² Disponível em: www.literario.com.br/mulheres/rachelentrev1.htm

que desejam que eu faça”. Peguei o original de um deles, fui para a porta e disse que eu não os reconhecia como autoridade literária para criticar o livro. Eu empurrei a cadeira onde estava sentada com o pé e corri.

Nessa entrevista, a autora de *O Quinze*, que foi militante comunista, tem uma opinião muito particular a respeito do engajamento: “Não acredito em Literatura engajada. Literatura engajada é um sermão, não é Literatura. Mas é possível fazer um esforço e expressar seus sentimentos políticos, apenas com talento, sem pregar nada”.

Há ainda o caso de João Cabral de Melo Neto, cujo auto *Morte e vida severina* faz parte do que melhor já se produziu no Brasil em termos de literatura comprometida com a realidade. Era comum, quando a encenação da peça chegava ao fim, os camaradas o instigarem a subir no palco e bradar vivas à reforma agrária. Negando-se a esse tipo de comportamento, João Cabral replicava que o seu papel, como artista, estava realizado: denunciar a situação de miséria dos nordestinos. Cabia aos políticos, a partir dali, fazer a parte que lhes competia. “Eu nunca pensei em fazer literatura engajada ou não engajada”, disse ele, “Eu fazia o poema pensando em fazer bem o poema. O que se pode chamar de literatura engajada, na minha poesia, são os temas da seca, da miséria do Nordeste”³.

Detentor do único Prêmio Nobel de Literatura em língua portuguesa, o romancista português José Saramago também mantém uma posição equilibrada a respeito da cansativa controvérsia:⁴

O que significa uma literatura engajada? Uma literatura a serviço de uma determinada ideologia? Se é assim, sou contra. Se é uma literatura na qual a ideologia do autor não está ausente, sou a favor. Pois, se quando escrevo, tenho minha ideologia na gaveta, é o caso de se perguntar: com o que eu iria escrever? Todos temos ideias, opiniões, sentimentos, aspirações, ilusões, enganos. Tudo isso compõe a vida humana. E não podemos ser separados disso. É possível que haja autores muito cuidadosos quando escrevem e que digam: “Não, eu não quero que na minha literatura haja contaminação política”. Não é o meu caso. Repito: não faço da literatura um panfleto e qualquer leitor pode verificar isto em cada página que escrevi. Toda literatura é engajada. Não há literatura inocente. E ser engajado não significa sair à rua com uma bandeira ou manifesto, mas ter uma presença na vida, na sociedade.⁵

Como se vê, Graciliano, Rachel, João Cabral, Saramago – e eles não estão sozinhos nisto – são exemplos de escritores comunistas que, à parte a militância do

³Disponível em: www2.tvcultura.com.br/aloescola/literatura/joacabral

⁴Disponível em: www.ufmg.br/boletim/bol1230/pag5

indivíduo, preferiram a obra de qualidade ao panfleto maniqueísta, embora tivessem que pagar caro por isso. Parece haver entre eles um certo consenso de que a experiência da obra pode possibilitar mudança interior, que pode, por sua vez, produzir mudança social, sem que o escritor necessite de armas catequéticas para melhorar o mundo.

2. UM ROMANCE-PALANQUE

Essas considerações vieram à luz a propósito da leitura do romance *Terra de ninguém*, de Francisco Galvão.

Motivados pelos estudos gestados a partir do século XX, críticos modernos tendem a repudiar o equívoco de se confundir análise literária com especulações biográficas, como fazia Saint-Beuve no século XIX, analisando o homem sob o pretexto de analisar a sua obra. E têm razão ao buscar o afastamento desse extremismo. Mas quando transitamos do homem para a obra, levamos conosco uma inquietação desconcertante: até que ponto é possível separá-los? Não seria uma tarefa inglória, considerando-se que ambos – homem e obra – estão tão intimamente interligados? Quando entramos em *Terra de ninguém*, e também quando de lá saímos, essa inquietação não nos abandona.

Contemporâneo dos romances de 30 – como os de Graciliano Ramos, Jorge Amado, Rachel de Queirós, entre outros – *Terra de ninguém* é uma daquelas obras que não resistiram à tentação do panfleto. Contendo fortes traços autobiográficos, traz as digitais do político, advogado e jornalista que o escreveu, configurado como um palanque para arremessar as ideias socialistas, sua “dor do pensamento”, em direção ao leitor. Essas ideias são encarnadas principalmente por duas personagens da trama: Nadesca, filha de um dono de seringal (coronel de barranco) no rio Madeira, e Anatólio, seringueiro que trabalhava para o referido coronel. São duas personagens que discursam enfaticamente no romance-palanque.

2.1 Discursos de Nadesca

Nadesca passara nove anos estudando no Rio de Janeiro, juntamente com o irmão, Wagner. Nas cartas que enviava de lá para os pais, moídos de saudade no seringal “Remanso”, a moça já revelava seus pendores socialistas. Quando anunciou que em breve estaria regressando para casa, manifestou o desejo de “poder ver, nos seus

mistérios, uma gente esmagada pela luxúria da paisagem, sem leis, nem garantias, escravizada ainda aos potentados”. (GALVÃO, 2002, p. 100) Com essas palavras, referia-se aos seringueiros que eram explorados pelo seu próprio pai, o coronel Manuel Lobo.

Quando chega ao seringal, logo na primeira conversa à mesa, Nadesca informa sobre suas leituras prediletas: “Amo os livros modernos sobre as doutrinas sociais na Rússia. Constrói-se ali uma pátria sadia e forte. Não há o preconceito egoísta de classes”. (GALVÃO, 2002, p.106) Nessa mesma conversa, desenvolve-se um pequeno diálogo entre ela e o irmão, que era completamente desligado das questões políticas, ocupando a mente apenas com as lembranças do mundanismo do Rio de Janeiro:

- País perdido o nosso...
- Não diga assim, Wagner. Você precisa ser otimista. Eu creio na renovação do Brasil. A Revolução vem aplainando o terreno. Já existem leis sociais interessantes providenciando sobre garantia dos operários. É verdade que o capitalismo fez as suas manobras asfixiando em algumas conquistas como a lei de férias e das oito horas.
- O teu socialismo é uma blague.
- Muito ao contrário do que você pensa, meu irmão, cada vez mais me persuado de que ele será a salvação política do regime. (GALVÃO, 2002, p.106)

Como se percebe, Wagner funciona como contraponto para que a irmã, em tom professoral, fale sobre a revolução que, em seus sonhos, estaria prestes a ocorrer no país.

O narrador descreve Nadesca como uma mulher de rara beleza, humanitária, benfazeja, generosa, operando nela uma sintonia completa entre as ideias que pregava e as ações que praticava. Estava sempre pensando na agonia daqueles homens sofredores, sentindo empatia, sofrendo junto com eles os momentos de inquietação e miséria. Doava alimento às famílias carentes do seringal; protestava contra o governo que fingia desconhecer a existência daquela gente, lembrando-se dela apenas em época de eleição, quando explorava a sua ingenuidade com o voto pré-fabricado; idealizava a Rússia como o país das maravilhas, onde havia creches para as crianças passearem e brincarem livremente por conta do Estado; sentia-se mais à vontade no meio dos pobres, porque eram pessoas “sem preconceitos, sem a insinceridade dos burgueses”. (GALVÃO, 2002, p. 109)

Outra personagem que funciona como contraponto para Nadesca é Anatólio, o protagonista, narrador em primeira pessoa. Ele, advindo de uma família abastada que

entrara em decadência, resolvera ir para o seringal aventurar a vida. Trabalhara algum tempo como seringueiro e depois fora escalado para trabalhar no escritório, como auxiliar do guarda-livros. Tornou-se imediatamente o companheiro de passeios e conversas da filha do coronel, por quem vai sendo catequizado em relação ao socialismo. Ela lhe mostrava a necessidade de terminar os estudos e melhorar de ordenado, dava-lhe livros russos para ler, enchia-lhe a cabeça de ideias socialistas, incitava-o a reagir contra o meio, de forma a não desfalecer naquele ambiente. É para ele que confessa:

Olho com ternura esses homens rudes estrangulados pelas mãos de ferro da Vida. Criaturas crucificadas pelo Destino; curvas como canivetes. Caboclos fortes, desamparados que se perderam na ignorância, e que o Homem civilizado não consentiu que se educasse, de vez que era preciso os explorar na sua ignorância absoluta, envenenando-os, lentamente com o álcool.

Não calcula, Anatólio, como me impressiona esta perspectiva sombria do Amazonas. Os seringais sem escolas, sem farmácias, sem o menor conforto. A massa anônima de escravos perdida nas selvas. E ainda se fantasia nos relatórios, ainda se mente afirmando-se falsamente que existem leis sociais. (GALVÃO, 2002, p.110)

Certo dia, à mesa, o pai manifestou o desejo de que a filha se casasse, pois já era hora de criar juízo, e o Dr. Monteiro, promotor de Humaitá, estava interessado em desposá-la. Esse foi o ensejo arquitetado pelo autor para que a jovem de cabeça moderna discursasse sobre a instituição do casamento:

Não penso que o casamento seja a felicidade, e que seja este, em verdade, o único fim para que vivemos. Odeio os presídios; venham eles com as grades de ouro. Nada como a liberdade. O casamento é hoje um negócio como outro qualquer; e eu não costumo fazer preço nesse assunto. Relativamente ao Dr. Monteiro, não me casaria com ele, por todos os motivos, e mais ainda, porque o senhor o deseja. Se pensasse em casamento ninguém influiria na minha escolha. Sou bem altiva nesse ponto... Mas não desejo me casar. Nada que me escravize eternamente; nada que me tolha a liberdade. Suportar um homem toda a existência é o que não faço. (GALVÃO, 2002, p. 133, 134)

Desse discurso sobre o casamento, a moça derivou para a defesa do feminismo:

Nesse ponto, aliás, anda bem atrasado o Brasil. O feminismo avança, é certo, mas nas posições, na caça aos empregos. Os assuntos sociais como o divórcio e outros não são discutidos porque assim o quer a religião. As reivindicações mínimas da mulher brasileira não cogitam desse problema, inquietante, que está a afligir os lares. Homens e mulheres infelizes, que não se compreenderam e que se enganam mutuamente, com receio da sorte dos filhos, vendo que estão ligados àquele martírio para toda a vida. (GALVÃO, 2002, p. 134)

Articulando as ideias em cadeia, ela parte do feminismo para a questão da igreja mais diretamente:

O senhor não se engane. Assim como escraviza eternamente estes trabalhadores, a Igreja domina as consciências. O confessionário presta os mesmos serviços que a aquisição. Não, eu não me casarei. Se gostar de um homem, me entregarei a ele por amor, com todos os meus carinhos, sem os liames sociais de um contrato. Não sou mercadoria para exigir preço, nem o amor é um negócio. (GALVÃO, 2002, p. 134)

O discurso seguinte veio a propósito de um incidente envolvendo seringueiros e índios parintintins, que atacaram o seringal para resgatar um pequeno índio que tinha sido capturado e estava sendo criado por uma família de seringueiros. No ataque ao povoado, os indígenas produziram um grande morticínio, levando cabeças de homens para suas festas de celebração da vitória. Nadesca, ante os impropérios de sua mãe, que chamava os índios de malditos, protestou:

Não diga isso, minha mãe. Eles sabem o que fazem. A senhora queria que lhes roubassem os filhos? Da mesma forma, eles. São da mesma maneira que nós. Tudo lhes tiram. Primeiro, a terra, de que se apossaram os civilizados. Não contentes ainda, se encontram, matam-nos como animais. E não querem reação. E não admitem que eles se defendam! (GALVÃO, 2002, p.138)

Quando o promotor visita a casa Remanso, e é apresentado a Nadesca, é a vez de ela expor o que pensa sobre a educação:

O homem que se forma é um cidadão que se entrega ao parasitismo. Compra cargos pelo título, onde os exerce mal, sem a devida competência, as mais das vezes. Tem sido, aliás, um mal no Brasil esta educação falsa, os homens e as mulheres correm às universidades, esquecem as escolas técnicas. O que se vê depois, com mágoa, são bacharéis de rubis e brilhantes no indicador empurrando malas-postais, à noite nos correios e médicos amáveis, servindo de inspetores agrícolas. As mulheres formam-se em medicina, e casam-se sem saber fazer um café. (GALVÃO, 2002, p. 158)

Quanto à possibilidade de uma revolução do proletariado, a jovem assim profetiza:

Meu pai não se apercebe de que as massas estão compreendendo o seu destino. Egoísta, possui, como latifundiário, em terras, uma área maior que a Suíça. Não a cultiva como era preciso e nem quer distribuí-la com os que o ajudam, com essa pobre gente que ele martiriza. Hei de ver a vitória dessa gente que sofre esmagada pelo trabalho. Há de vir o dia da libertação”. (GALVÃO, 2002, p. 160)

E, realmente, o autor providencia para que a tal revolução logo aconteça, através da liderança do seringueiro Capitulino, ao qual Nadesca se associa. Assim ela se mistura

à massa de operários que avança contra o seringalista gritando palavras de ordem em prol da causa revolucionária, levando a efeito a “desforra dos humildes contra o patrão sanguinário e despótico”. Estando grávida como resultado dos momentos de cópula que tivera com Anatólio, Nadesca sente dores cruciantes enquanto marcha com os seringueiros e, em consequência das energias despendidas naquele embate, sofre um aborto involuntário. Até mesmo na hora do aborto, a moça ainda consegue discursar: “Mais uma vida que se consome, vítima do preconceito social do Brasil, perdida na selva numa demonstração positiva da falsa educação e do atraso do meio em que vivemos!” (GALVÃO, 2002, p. 173)

Nessa figura de Nadesca, o autor reproduz o motivo já saturado na literatura, da filha do patrão que se condói com a situação de exploração dos empregados, e enfrenta o pai com argumentos políticos consistentes, gestados a partir das leituras que fizera. Nadesca inclusive não titubeia ao ter que optar entre o pai e os seus empregados. Fica do lado destes, mesmo no momento em que avançam contra o seu pai para o matar.

2.2. Discursos de Capitulino

Em sua primeira aparição na obra, o seringueiro Capitulino surge repentinamente já discursando sobre a necessidade da criação de um sindicato para a defesa dos direitos dos seringueiros. Essa era sua ideia fixa: “Sabe, negrada, recebi cartas do Rio. A coisa vai mesmo. O movimento social toma corpo. O meu sindicato manda-me alertar. O brado de milhões de bocas famintas, o gesto de milhões de braços erguidos tem encontrado apoio do governo”. (GALVÃO, 2002, p. 130)

Ocupava a maior parte de seu tempo questionando a exploração a que os homens eram submetidos naquele inferno que era o Remanso. Execrava o seringalista pelo seu arrivismo e violência, torturando com requintes de crueldade quem ousasse afrontá-lo. O objetivo de suas pregações era despertar a consciência adormecida de seus companheiros, incitando neles o sentimento de revolta e coesão. Tinha a firme convicção de que o abuso só se perpetuava porque não encontrava o menor sinal de resistência organizada. Assim sendo, o sindicato seria a salvação. Com ele organizado, “o carrasco mudaria de rumo”. “É preciso uma força de reação capaz de atemorizar o algoz, e nenhuma, dentro das leis, tão imperativa como o sindicato”. (GALVÃO, 2002, p. 131)

E à medida que os flagrantes de maus-tratos dos trabalhadores pelo coronel iam se sucedendo, Capitulino empertigava-se e aumentava o tom das exortações:

Precisamos reagir. Em toda parte o operário é uma potência, uma força organizada. As massas dominam. Somente aqui é que vemos isso: nem parece que a Princesa Isabel libertou uma raça. No Amazonas, vivemos como naquele tempo, acorrentados ao patrão malvado, que, como sanguessuga, rouba-nos o sangue. (GALVÃO, 2002, p. 141)

É da boca de Capitulino que o leitor “ouve”, por duas vezes, a expressão *terra de ninguém*, que dá nome ao livro (capítulo 33). Diante dos seringueiros que, acorados, ouviam atentos, ele grita: “terra de ninguém, onde todos mandam, onde todos exploram e são explorados e a lei é o bacamarte, o rifle quarenta e quatro, infalível e certo.” (GALVÃO, 2002, p. 146) Refere-se à terra de ninguém como uma natureza inóspita e opositora. Tratava-se de uma natureza que desafiava o homem para uma luta desigual: ela com todas as armas (as terras caídas, as enchentes, as doenças mortíferas, o frio avassalador, os animais terríveis etc.) e o pobre homem completamente inerte, armado apenas do instinto de sobrevivência. Depois volta a exclamar: “Terra de ninguém! Paragem maldita onde não se encontra um refúgio, um descanso. Tudo é falso e mente a nossos olhos.” (GALVÃO, 2002, p. 147)

Contrapondo a natureza ao homem em seu discurso, Capitulino profetizava que, caso os seringueiros não reagissem, ou seriam absorvidos pela natureza perversa ou seriam aniquilados pelo Homem, este pior do que a terra. Assim era que ele exortava seus companheiros a repetir a façanha bíblica do rei-menino. O sindicato “seria a funda de David contra o Goliath que parecia invencível”. (GALVÃO, 2002, p. 147)

Após essa prédica inflamada, crendo de verdade nas ideias que pregava, Capitulino foi falar ao patrão Manuel Lobo sobre a questão. Voltou da “conversa” atirando improperios aos quatro ventos e amaldiçoando o coronel. Este lhe dissera que não queria saber de comunistas no Remanso. Não lhe dera ouvido e ainda o repreendera severamente. Esse foi o estopim da “revolução” que logo teria lugar naquele seringal. Capitulino, desesperado, encareceu aos companheiros o uso da violência:

Esgotamos, meus amigos, os meios suasórios. Vamos agir agora com a força. Onde não vencem os meios pacíficos, deve-se empregar a violência. Rousseau escreveu o seu livro para a onda avassaladora que destruiu a Bastilha. O Brasil tinha o exemplo da Revolução. Foram preciosos os sacrifícios dos dezoito do Forte de Copacabana; as masmorras fétidas do marechal Fontoura; a miséria de Clevelândia, para que vencesse a ideia revolucionária”. (GALVÃO, 2002, p. 169)

Observa-se que é um discurso repleto de referências completamente estranhas ao mundo daqueles miseráveis seringueiros, erudito demais para o público que o ouvia. Todavia, como se fosse simples assim, o narrador comunica que “todos estavam de acordo”. E por isso se rebelaram. “Era a primeira vez que a massa oprimida se rebelava. Como o Madeira, manso, a levar na correnteza húmus para o oceano, que às vezes se encrespava, estrondando na fúria das pororocas, os homens também copiavam os seus destinos”. (GALVÃO, 2002, p. 169-170)

O discurso da Capitulino passa a ser, a partir daí, o discurso da violência como instrumento de mudança. A revolução armada passou a ser planejada às pressas, para que logo fosse levada a efeito. Os homens, agora conscientes, organizados e sob o comando do mentor da revolução, partiram contra o verdugo. Diz o narrador que marchavam “como os bárbaros antigos”, “como lobos famintos à procura de alimentos”, “como semideuses”, alucinados de ódio e desejo de vingança. Nadesca incorpora-se à turba que grita palavras de ordem “contra a tirania” e “pelos oprimidos”; “contra os opressores” e “pelos que sofrem”.

Ante a resistência do coronel, a massa anônima o abate a tiros e toma posse do barracão. E assim conclui-se a narrativa:

Lá em baixo, o rio continuava a drenar para o oceano, com a enchente, as balsas de murumurés que lembravam mortuárias coroas votivas enquanto os seringueiros, soltos, senhores de sua vontade, despóticos e sombrios, começaram a sentir a volúpia do mando e do domínio nas selvas, onde a Natureza possuía os impulsos da libertação e da posse. (GALVÃO, 2002, p. 173)

Evidentemente, trata-se do uso de tintas do Romantismo para colorir um panfleto socialista que o autor se propõe esboçar. O autor glosa o mote das lutas sindicais que ferviam pelo país como forma de confronto à ditadura de Vargas. Mas o faz com concessões extremamente fortes a uma utopia difícil de digerir, transfigurando pela idealização da luta um grupo de homens que dificilmente dariam esse salto da condição de espoliados, manietados para a condição de heróis da resistência política consciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Creemos que qualquer obra literária pode conter pontos positivos e negativos. Quanto maiores forem as virtudes, mais qualidade terá a obra e, evidentemente, quanto maiores forem os seus defeitos menor será a sua qualidade. À parte a “penúria estilística” que Souza (1977) apontou com extrema propriedade em *Terra de ninguém*, não há como ler esse romance sem ver nele aquilo que Rachel de Queiroz chamou de “sermão”. Os bons momentos líricos que há no livro são tão escassos que não chegam a ser suficientes para salvar a obra. As cenas montadas não são convincentes, por haver por trás delas um romantismo ingênuo, difícil de se digerir. Há muitos discursos na obra, nos intervalos das falas de Nadesca e Capitulino. O próprio narrador discursa exageradamente, e são sempre variações do mesmo tema: a pregação socialista.

Essa postura é perfeitamente compreensível, como já eu já disse anteriormente, se considerarmos o contexto em que a obra foi produzida, ou seja, o difícil tempo dos anos 1930 na história do Brasil e especialmente do Amazonas. A grande maioria dos romancistas de 30, escrevendo sobre o Nordeste brasileiro e seus problemas, inspiraram escritores em outras regiões a propor uma literatura engajada, de coloração social, objetivando denunciar as injustiças sociais e a exploração do homem pelo homem. Dessa forma, a luta de classes vai preencher as páginas dos romances, e as personagens passam a representar os embates entre patrões e empregados, trabalhadores e senhores de terra. Massaud Moisés (2001, p. 273), comentando sobre a literatura portuguesa dos anos 30/40, faz uma afirmação que, guardadas as devidas proporções, diz respeito também, à literatura brasileira. Trata-se da ideia de uma “literatura social, consciente e reformadora”:

[...] Literatura *engagée*, a serviço da redenção do homem do campo ou da cidade, injustiçado e humilhado por estruturas sociais envelhecidas: os neo-realistas punham o problema da luta de classes, na equação senhor x escravo, que se desgastou à custa de tanto ser repetida, e que não raro atrofiou a estrita carga literária de certas obras, transformando-as em panfletos.

É claro que o autor de *Terra de ninguém* poderia ter se valido da literatura para desenvolver uma pujante crítica a respeito da estupidez que se perpetrava no submundo dos seringais, porém evitando cair nas malhas da tentação panfletária, como tantos outros fizeram. Mas o caminho tomado foi em direção contrária, o da exacerbação político-ideológica, deixando em segundo plano o ser humano autêntico, que deve ser o

fim último da arte. Foi uma opção cujo preço o autor também pagou, e o preço é a obra. Nela, o socialismo ganhou um palanque e a literatura perdeu um romance.

REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vitor Manuel de. **Teoria da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

GALVÃO, Francisco. **Terra de ninguém**. 2. ed. Manaus: Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

MELLO, Thiago de. **Os estatutos do homem**. Cotia, SP: Vergara & Riba, 2004.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa**. 31. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SOUZA, Márcio. **A Expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.